TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº **13.068/13**

Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): Maria Irinete Lucena
Órgão: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Pedra Lavrada
Gestor Responsável: José Odeon Braga Neto
Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Compulsória com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 1.384/2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 13.068/13 referente à Aposentadoria Compulsória, com proventos proporcionais da Sra. Maria Irinete Lucena, mat. 9.307, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pedra Lavrada , acordam os Conselheiros integrantes da *1ª* ***CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em CONCEDER REGISTRO ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e após correção achou-se correto o cálculo dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.
TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa (PB), 09 de abril de 2015.

Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício -RELATOR

Fui presente :

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 13.068/13

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Pedra Lavrada, concedendo Aposentadoria Compulsória com proventos proporcionais a Sra. Maria Irinete Lucena, mat. 9.307, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pedra Lavrada, que contava, à época do ato, com 8.794 dias de tempo de serviço, e idade de 70 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator